



HISPANIA NOVA

Revista de Historia Contemporánea

<http://hispanianova.rediris.es>

SEPARATA

Nº 7 - Año 2007

E-mail: hispanianova@geo.uned.es

© HISPANIANOVA

ISSN: 1138-7319 - Depósito legal: M-9472-1998

Se podrá disponer libremente de los artículos y otros materiales contenidos en la revista solamente en el caso de que se usen con propósito educativo o científico y siempre y cuando sean citados correctamente. Queda expresamente penado por la ley cualquier aprovechamiento comercial.

**«A TERRA DE NOSSOS FILHOS»:
O MOVIMENTO DE LUTA PELA TERRA NO SERTÃO
CARIOCA (1945-1964)**

Leonardo SOARES DOS SANTOS

Universidade Federal Fluminense

leossga20@hotmail.com



■ **Leonardo SOARES DOS SANTOS: “A terra de nossos filhos”: o movimento de luta pela terra no Sertão Carioca (1945-1964)**

RESUMEN

Este artículo trata de un importante momento de la historia de la ciudad del Río de Janeiro. La misma ciudad que ha sido escenario de varios momentos del movimiento obrero y de las clases populares de manera general, también ha sido escenario de movimientos de pequeños labradores por la tierra. Estas luchas ocurrieron en la zona rural carioca, la cual abarcaba más de 50% de la área total de la ciudad hasta el último cuarto del siglo veinte. El análisis estudia el periodo de 1945 hasta 1964. La estructura formal del texto fue establecida en función de la siguiente guía de cuestiones: los cambios de representaciones sobre la región al largo de los años, la expansión del mercado inmobiliario en el Sertão Carioca, la resistencia y la acción política de los pequeños labradores, la construcción de identidades (la de ocupante por ejemplo), sus organizaciones políticas, el papel de los “encuentros campesinos” y los efectos de la competición entre grupos políticos de la capital por el control del movimiento de los pequeños labradores.

Palabras clave: Sertão Carioca; Lucha por la tierra; Movimiento Social; Partidos Políticos; Urbanización.

Abstract:

This article examines an important of Rio de Janeiro city history moment. The same city that has been scene of various moments of labor movement and of popular classes in general way, has been scene too of a peasant movement for land. These struggles has happen in the carioca rural zone, the latter comprised more than 50% of city area until last quartel twenty century. The analyses get bogged down in 1945-1964. The formal structure of this text has been established with reference to following list of questions: the changes of region representation along ages, the expansion of the property trade in Sertão Carioca, the resistance and the political actions of the peasants, the construction of identities (the quatters for example), yours political organizations, the role of the “peasants meetings” and the effects of the competition between capital political groups’ for the control about the peasants movement.

Key words: Sertão Carioca; Struggle for Land; Social Movement; Political Parties; Urbanization.

Resumo:

Foi palco de vários momentos da história da luta operária e das classes populares de uma maneira geral, também foi palco de um movimento de pequenos lavradores por terra. Estas lutas se deram na zona rural carioca, a qual abarcava mais de 50% da área total da cidade até o último quartel do século vinte. A análise se detém sobre o período que vai de 1945 a

1964. A estrutura formal do texto foi estabelecida em função do seguinte roteiro de questões: as mudanças de representações sobre a região ao longo dos anos, a expansão do mercado imobiliário no Sertão Carioca, a resistência e a ação políticas dos pequenos lavradores, a construção de identidades (a de posseiro por exemplo), suas organizações políticas, o papel dos “encontros camponeses” e os efeitos da competição entre grupos políticos da capital pelo controle do movimento dos pequenos lavradores.

PALAVRAS-CHAVE: Sertão Carioca; Luta pela Terra; Movimento Social; Partidos Políticos; Urbanização.

«A TERRA DE NOSSOS FILHOS»: O MOVIMENTO DE LUTA PELA TERRA NO SERTÃO CARIOCA (1945-1964)

Leonardo Soares Dos Santos

Universidade Federal Fluminense

leossga20@hotmail.com

Introdução

Talvez nunca em sua história, a antiga zona rural da cidade do Rio de Janeiro, o chamado Sertão Carioca, tenha sido objeto de tantas matérias e manchetes de jornais da grande e pequena imprensa cariocas. Foi o que ocorreu entre os anos de 1945 e 1964. Quais reivindicações os pequenos lavradores do Sertão Carioca levantaram ao longo de praticamente duas décadas de luta contra as tentativas de despejo promovidas por pretensos proprietários? Quais foram suas iniciativas no sentido de lançar suas reivindicações na esfera pública carioca? Quais os argumentos a que eles recorreram para justificar as suas pretensões e, simultaneamente, deslegitimar as pretensões de seus adversários? Estas são as perguntas que conformarão o eixo deste artigo. Entretanto, é preciso que antes façamos uma breve exposição sobre a própria região, até porque a identidade do grupo em questão estava intimamente associada à leitura que dela se fazia. Apontaremos então algumas das principais transformações do seu perfil sócio-econômico por qual passou, destacando ao mesmo tempo os diferentes sentidos das representações e visões que vários agentes sociais tinham sobre o lugar.¹

¹ Este artigo constitui uma versão resumida da minha dissertação de mestrado (SANTOS, 2005). Agradeço imensamente a Mário Grynszpan, que com suas orientações e seu trabalho sobre a Baixada Fluminense, foi a maior inspiração para as minhas pesquisas sobre o Sertão Carioca. Sou muito grato também a Márcia Motta, Lygia Sigaud e Luiz Flávio por suas valiosas informações e críticas. Cabe ainda informar que antes de mim, Manoela Pedroza (2003) produziu uma dissertação sobre o mesmo tema, mas sob uma outra perspectiva, inclusive geográfica. Bem antes de nós dois, Galvão (1962) publicava o primeiro estudo sobre o Sertão Carioca.



Mapa do Sertão Carioca de autoria de Magalhães Correia

Da Zona ao Sertão: o lugar, sua história, seus nomes

Os relatos sobre a zona rural – então abarcada pelas freguesias de Irajá, de Campo Grande, de Guaratiba, de Jacarepaguá, de Santa Cruz e da Ilha do Governador - em finais do século XIX reafirmavam unanimemente a noção de uma região “decadente” e “abandonada”. O *Almanaque Laemmert* de 1900 informava que a circunscrição de Guaratiba, a outrora “mais rica e florescente” do Distrito Federal, encontrava-se com seus cafezais destruídos, seus vastos campos de criação em agonia, infestada por doenças. O relato do historiador Noronha Santos, escrito no mesmo ano, é emblemático dessa visão calcada na idéia da decadência. Escrevia ele que em Guaratiba, não obstante o desenvolvimento da pequena lavoura e outras atividades como a extração de madeira, “sua decadência é sensível devido às secas que têm consumido suas plantações e importantes cafezais” (SANTOS, 1965, 72 e 74). Em Santa Cruz, junto a um comércio incipiente haveria uma pequena lavoura existente em terras “outrora tão bem aproveitadas” (*ibidem*, 116). Tal visão também se manifestava nas sessões do legislativo municipal. Visto ser tal zona tão “abandonada, desprezada, esquecida por quasi todos os administradores que têm passado pela Prefeitura”, como então afirmava o Intendente Mário Júlio.²

Nas três primeiras décadas do século XX, a visão sobre a decadência parece se manter intacta. A outra face desse abandono seriam as doenças que grassariam na região. Afrânio Peixoto, escritor e professor de higiene na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, era uns dos especialistas “alarmados” com tal situação. Segundo ele, o número e incidência de epidemias seriam suficientes para que se pudesse classificar a região como um verdadeiro sertão.³

² Annaes do Conselho Municipal, 29/12/1922. p. 702.

³ G. HOCHMAN afirma que a palavra *sertão* era empregada mais como uma categoria social e política do que geográfica, dado que “sua localização espacial dependeria da existência do binômio abandono e doença” (*ibidem*).

«Se raros escapam à doença, muitos têm duas ou mais infestações [...] Vêem – se, muitas vezes, confrangido e alarmado, nas nossas escolas públicas crianças a bater os dentes com o calafrio das sezões [...] E isto, não nos ‘confins do Brasil’, aqui no DF, em Guaratiba, Jacarepaguá, na Tijuca [...] Porque, não nos iludamos, o ‘nosso sertão’ começa para os lados da Avenida [Central]...» (HOCHMAN, 1998, 70).⁴

Mas nesta mesma época, a expansão das pequenas propriedades agrícolas e com elas, a agricultura de gêneros de primeira necessidade, faz com que tal visão passa a ser contrabalançada por uma visão que destaca as capacidades agrícolas da região, de forma a destacá-la como um importante centro de abastecimento da então capital federal. Delgado de Carvalho notava que em Guaratiba, “o mais rico de todos os districtos agrícolas”, mais precisamente na “encosta Occidental do massiço da Pedra Branca”, havia grandes pomares, plantações extensas de bananeiras, de laranjeiras e de “outras frutas” (CARVALHO, 1926, 93). Talvez isso fosse uma forte razão para que a municipalidade enviasse uma Mensagem ao Conselho Municipal em julho de 1917, tornando os incentivos à agricultura do Distrito Federal como item obrigatório do orçamento municipal. A visão da região como centro de produção agrícola era ratificada:

«Não se cogita de empreendimento a ser realizado de uma só vez. Ninguém espera ver, no correr de um ou dous annos sómente, todo o território do Distrito Federal transformado em um celeiro de generos alimentícios ou num pomar ou jardim, onde se encontrem as frutas e flores de toda espécie. O que se intenta, é encetar, com fé e perseverança, a obra agrícola do Distrito, semeando, onde melhor convenha, a boa sementeira, para que della brotem plantas escolhidas, capazes dos melhores frutos. Procedamos aos poucos; mas com inteira fé no êxito, desde que sejam empregados os meios e aparelhos apropriados, e não abandonemos a empreza ao meio da sua jornada. Se assim fizermos, em cinco ou seis annos o Distrito Federal terá para sua população alimentação própria, abundante e segura».⁵

Ao mesmo tempo, muitos dos terrenos da região vão gradativamente sendo inseridos no mercado de terras, embora o principal elemento de valorização seja a própria característica agrícola de tais terrenos.

- «Aluga-se, com contrato de 5 annos e bom fiador, 133x1.700 de fundos, água de cachoeira e encanada, casa de telha regular e mais três colonos, 5.800 pés de laranjas pêra novos e 2.500 pés de mamão, melão, grande plantação de aipim, batata e quiabos, bananal, dois bois e burro, carro charette, arado e criações(...) aluguel 250\$000 mensaes».⁶

- «Vendem-se dous sítios, 1 por 15 contos, tendo 70 mil m², com rico bananal, cafezal, frutas e matta; outro com cento e tantos mil m² com nascentes, bananal, cafezal, frutas e mattas, por 25 contos na Estrada do Catonho...»⁷

⁴ Em 1922, o Intendente Mário Júlio dizia ser a zona rural um grande foco de “typfo, paratypho, desenteria e de outras doenças conhecidas...”, *Annaes do Conselho Municipal*, 30/12/1922. p. 924.

⁵ *Annaes do Conselho Municipal*, 09/07/1917. p. 217.

⁶ *Jornal do Brasil*, “classificados”, 06/05/1927, p. 23.

⁷ *Jornal do Brasil*, “classificados”, 08/05/1927, p. 23.

No entanto, estes mesmos distritos começavam a ser alcançados pela ação de um mercado de terras orientado por uma lógica não-agrícola. Por ela, as terras comercializadas passavam a combinar usos agrícolas e urbanos, eram os chamados terrenos de veraneio, onde os usos agrícolas não tinham fins comerciais nem de subsistência e sim, funções de entretenimento e lazer. Eles podiam ser fartamente verificados nos anúncios dos classificados de imóveis da época; em se encontravam bem exemplificados nestes dois anúncios de 1927. Em Campo Grande, por exemplo, um anunciante pretendia vender “esplendidos terrenos, com bonde elétrico à porta (...) áreas de todos os tamanhos; 300\$ a 5:000\$; em prestações a longo prazo; lugar salubérrimo e próprio para veraneio ou cultivar e criar(...)”.⁸ Em Jacarepaguá havia “bonito sítio de recreio, com boa casa, pomar novo e diversas outras benfeitorias. Local saudável e de raro pittoresco”.⁹ Entretanto, nessa época começa a se esboçar também um mercado voltado para a construção de loteamentos: “152 reis o m², vendo boa fazenda, dando renda. Ótima para loteamento por estar junto a estação do subúrbio a 1 hora do Rio”, dizia um anúncio de terreno de Campo Grande.¹⁰

A década de 30 também reservaria uma série de acontecimentos que modificariam a paisagem geográfica e social da zona rural. Contudo, a primeira modificação a ser destacada se deu em um nível propriamente simbólico. É nessa época que a zona rural passa a ser chamada de *Sertão Carioca*. Seu autor é Magalhães Corrêa, naturalista autodidata, especializado em taxologia, que entre 1931 e 1932, escreve um estudo pioneiro sobre a zona rural do Distrito Federal para o jornal *Correio da Manhã* por meio de vários artigos, que foram posteriormente reunidos numa edição única pelo Instituto Histórico-Geográfico Brasileiro em 1936 (SARMENTO, 1998, 5). O nome por ele cunhado foi amplamente reconhecido e desde então a zona rural passou a ser chamada de *Sertão Carioca* pela imprensa, intendentess, autoridades municipais, partidos e pelos próprios habitantes da região. Fato compreensível, se levamos em conta que o referido matutino era o jornal de maior vendagem em toda a cidade. Com base em “pallidas notas, apanhadas em excursões”, como ele mesmo diz (CORRÊA, 1936, 23-4), o autor procura montar um painel dos usos e costumes da população da região. Magalhães Corrêa entendia que a forma de vida e, em particular, o modo de interação e integração dos habitantes com a natureza por meio da predominância de uma economia de subsistência, evidenciavam a existência de típicos *sertanejos*.

O Sertão era aqui uma espécie de reserva geográfica e moral da nação, onde ainda eram cultivadas e preservadas virtudes que não mais podiam ser encontradas no litoral urbanizado e civilizado do país, conforme ele mesmo escreve: “Nesse ambiente bem brasileiro, e um tanto isolado, impera ainda a alma pura dos nossos caboclos, tudo lembra o que é nosso, os typos e costumes” (ibidem, 60). De certa forma o autor, não corroborava a idéia de Sertão preconizada pelos sanitaristas das décadas de 10 e 20, já que praticamente nenhum destaque era dado às doenças e a própria questão do abandono acabava sendo vista como algo positivo, o que contribuía por exemplo, para seu grande potencial turístico.

A região também passou por importantes modificações de ordem *material*. Uma foi o surto da cultura da laranja. A exemplo do que acontecia na Baixada Fluminense houve grande disseminação da cultura da laranja por praticamente toda a região. A força de sua

⁸ *Jornal do Brasil*, “classificados”, 10/05/1927, p. 25.

⁹ *Jornal do Brasil*, “classificados”, 13/05/1927, p. 23.

¹⁰ *Jornal do Brasil*, “classificados”, 19/05/1927, p. 38.

amplitude e de sua intensidade se encontra bem expresso na designação “febre da laranja” dada a esse período, muito difundida tanto por memorialistas quanto por pesquisadores da região. As principais regiões atingidas pelo “mar de laranjas” foram Campo Grande, Realengo, Santa Cruz, Guaratiba e, em menor escala, Jacarepaguá. (MUSUMECI, 1987, 73). Nestes distritos, a cultura da laranja chega primeiro às “soalheiras”, depois às baixadas beneficiadas pelas obras de drenagem e saneamento realizadas pelo DNOS, deixando de fora apenas as vertentes sombrias e as partes mais altas das serras, as chamadas “noruegas”.¹¹ Seu grande impulso se deverá à existência de créditos postos à disposição por capitais ingleses, que exploravam o ramo cítrico (PECHMAN, 1987, 124). O vigor dessa cultura se fez notar até mesmo no mercado de loteamentos. Conforme a conjuntura, alguns “laranjeiros” preferiam investir na produção de laranjas ou na revenda de lotes, “ou em ambas as modalidades, se fosse oportuno”.¹² O terreno que possuísse alguns pés de laranja ou mesmo aquele ainda inculto, mas próximo de uma região de produção citrícola, era certamente um dos mais valorizados, fazendo jus a um *slogan* da época – “laranja no pé, dinheiro na mão”,¹³ como demonstra este anúncio:

«Terras ótimas para laranjas, situadas à margem da Central, 4 trens por hora. Boas estradas (...) Água, luz, tel., hora e meia do Centro. Estação de Paciência, distrito de Campo Grande, onde existem milhares de laranjeiras em plena produção. Também plantam-se pomares por empreitada»¹⁴

As obras realizadas pela Diretoria de Saneamento da Baixada Fluminense (DSBF) nas Baixadas de Jacarepaguá e Sepetiba foram outro importante acontecimento verificado na zona rural dessa época. Era do desejo de seus principais mentores fazer da zona rural um “cinturão verde” capaz de promover o abastecimento quase completo do Distrito Federal, pondo em prática finalmente as propostas da década de 10. Mas a importância daquelas obras reside também no fato de ter feito da zona rural uma área de expansão não apenas para a agricultura. Com os melhoramentos do DSBF, a região estava definitivamente aberta para uma outra expansão, a dos negócios imobiliários. Estes, por sua vez, eram cada vez mais regidos por uma nova modalidade – a produção em massa de lotes urbanos (FERNANDES, 1998).

O órgão da União originalmente encarregado dessas obras, a Comissão de Saneamento, visava intervir apenas na área da Baixada Fluminense e tinha como plano os seguintes objetivos: a) projetar, executar ou fiscalizar obras de saneamento da Baixada Fluminense; b) produzir estudos sobre sua bacia hidrográfica; c) elaborar um plano de desenvolvimento econômico para a região; d) executar o levantamento de um cadastro imobiliário de toda região da Baixada Fluminense; e) elaborar uma legislação especial para o saneamento e conservação das obras (LAMEGO, 1964, 277).

Os trabalhos gerais foram iniciados em julho de 1933. Logo depois a Comissão foi transformada em um Departamento com funções extensivas a todo o território nacional. A partir daí as áreas próximas da Baixada Fluminense foram incorporadas no roteiro de

¹¹ *Idem.*

¹² *Idem.*

¹³ *Idem.*

¹⁴ *Jornal do Brasil*, “classificados”, 09/05/ 1935. p. 25.

melhoramentos. A primeira delas foi a Baixada de Sepetiba e depois a Baixada de Jacarepaguá. Os estudos desses órgãos constataram que os brejos e manguezais na orla das lagoas de Jacarepaguá eram obstáculos ao curso das águas, constituindo-se num “veículo para o impaludismo”. Uma das soluções propostas – e que foi aprovada - foi a regularização dos rios da bacia contribuinte das lagoas da Tijuca, Camorim e Marapendi. Devido á pressão exercida por Companhias Imobiliárias que atuavam na restinga de Sernambetiba, chegou-se a cogitar no aterramento dessas lagoas. Mesmo tendo sido recusada essa proposta, os interesses de agentes imobiliários não foram de todo frustrados, já que o próprio DSFB apresentava como principais objetivos de seus trabalhos na Baixada de Jacarepaguá a extinção de “focos de anofelinos” e, segundo palavras de um engenheiro do órgão, a “melhora da estética deste recanto de turismo do Distrito Federal”; em função disso, também estava prevista a construção de rodovias e pontes (BRUNO, 1967, 163); iniciativas que num futuro próximo acabariam por facilitar a implantação de loteamentos na região, mesmo que esta não tenha se dado da maneira que queria os diretores do DSFB (*ibidem*, 213-4). Em 1939, Hildebrando de Góes, diretor do DSFB, afirmava que inúmeros brejos tinham sido extintos, ocasionando uma sensível diminuição dos focos de malária, a qual só seria totalmente erradicada em 1957. Todavia, a consecução bem-sucedida do segundo objetivo dava o ar da graça com bastante mais antecedência, muito embora não da forma esperada. O almejado “melhoramento estético” ocasionou um aumento da especulação imobiliária em áreas recuperadas pelo DSFB. Já em 1937, o mesmo Hildebrando de Góes, apresentava e lamentava os dados sobre essa conseqüência: nas terras que margeavam a Lagoa da Tijuca, o metro quadrado tinha conhecido uma valorização de 200%; em Vargem Grande, ela era de 1.500%. Os autores do plano de transformar o Sertão Carioca num “Cinturão Verde” tinham duas questões a resolver, se quisessem realmente tira-lo do papel: a) como incentivar as atividades agrícolas num contexto de crescente onda inflacionária, em função da qual a opção pela especulação com a terra se tornava cada vez mais atraente? b) que medidas deviam ser tomadas diante de uma evidente ascensão dos próprios agentes sociais – companhias e corretores imobiliários, bancos - mais diretamente interessados no sucesso desse tipo de empreendimento?

É importante frisar que a valorização fundiária na região não se deveu apenas às obras do DSFB. Também contribuíram para isso outras obras de infra-estrutura do governo federal realizadas ao longo das décadas de 30 e 40, como a abertura das estradas do Joá e Menezes Cortes (atual Grajaú-Jacarépaguá), a eletrificação da Central do Brasil, e a construção da avenida Brasil. Sem esquecer que a extensão das linhas de bonde e, principalmente, de ônibus, exerciam papel fundamental no processo de incorporação urbana da zona rural (KLEIMAN, 1994). Na verdade, recuando um pouco mais no tempo, vamos encontrar inúmeras iniciativas responsáveis pela expansão do sistema urbano de infra-estrutura na região. É possível ver já na década de 1890 propostas de estabelecimentos de linhas de bonde que, em seu conjunto, interligava praticamente todas as “freguezias ruraes”. Em 1918, as Freguezias de Guaratiba, Campo Grande já contavam com linhas eletrificadas de bondes. A freguesia de Jacarepaguá, por sua vez, contava com uma linha de bonde – com “carros a burro” – desde 1875. Por essa mesma época já é possível ver também extensas áreas (Campo Grande, Realengo, Piedade, Bangu, Guaratiba etc.) possuindo estradas, ruas “macadamizadas”, iluminação elétrica, calçamentos, sistemas de esgoto, abertura de canais etc.

A expansão das vias de comunicação e a melhoria das condições de salubridade passam a encorajar os empreendedores imobiliários a retalhar seus terrenos não mais para arrendar ou vender a pequenos lavradores. Assiste-se nesse momento à consolidação de um mercado efetivo de compra e venda de terras que se destinava à construção de loteamentos. As iniciativas adotadas no sentido de livrar a zona rural do suposto “esquecimento” a que teria sido relegado pelas autoridades públicas, representavam, naquele momento, o triunfo dos interesses do capital imobiliário.

Por conta disso os anúncios dos terrenos vão deixando de enfatizar a existência de benfeitorias e de recursos de uso agrícola, dedicando-se a atrair compradores com a menção de “qualidades urbanas” como proximidade em relação a vias de comunicação (estradas, avenidas, linhas de trem, bonde etc) e existência de serviços de luz, água encanada, esgoto e telefone. Mas esses loteamentos não eram exclusivamente urbanos. Alguns loteamentos eram constituídos de lotes rurais, outros buscavam conciliar as funções urbana e rural através de lotes para veraneio.

O mercado de terras ainda estava longe de ter uma forma puramente urbana. Até porque esses novos loteamentos eram concebidos segundo o modelo das “Cidades-Jardins”. Ao idealiza-las, o sociólogo britânico Ebenezer Howard procurava reunir num mesmo lugar, ou, como dizia, “em uma só aglomeração as vantagens da cidade e as do campo, desfazendo os defeitos de uma e de outro” (AGACHE, 23).¹⁵ Não à toa muitos desses loteamentos tinham o termo “Jardim” como prenome; outros, em menor número, detinham a palavra “Parque”, que na prática possuía funções semelhantes enquanto lugar de descanso e recreio.¹⁶

Os muitos lucros proporcionados por tal tipo de negócio faziam com que muitos se oferecessem para a compra de grandes propriedades na região. Outros preferiam tão somente se oferecer como corretores de imóveis para a simples intermediação desses negócios: “Sítio – Campo Grande – Querendo vender seu sítios, chácara ou área de terra, exclusivamente neste local, encarregando-me sem o menor aborrecimento (...) qualquer dia [,] qualquer hora”.¹⁷

Outro aspecto que passa ganhar ênfase nos anúncios de venda de terras a partir de meados da década de 40 é a possibilidade de serem usados como ativo financeiro. Com a onda inflacionária que passa a tomar conta do país, os rendimentos que se podiam ter com a especulação de terras eram bem maiores do que com a produção agrícola. E mesmo quando se tratava de lotes urbanos, os anunciantes não deixavam de destacá-los: “A aquisição de uma propriedade nesse futuro bairro, a par das delícias de uma vida alegre no campo, proporcionará a aplicação segura de capital, compensada por uma valorização certa”, afiançava a Companhia de Extensão Territorial. A mesma companhia, de forma sugestiva, finalizava assim um outro anúncio: “Só vende terras que valem ouro”.¹⁸

¹⁵ A primeira “cidade-jardim” foi Letchworth. Criada em 1903, ela se localizava a 32 milhas de Londres. (AGACHE, 1930, 24).

¹⁶ A título de observação, listamos os nomes dos seguintes bairros, a maior parte originados de loteamentos na Zona Rural e Suburbana, e que foram estabelecidos até a década de 1970, todos possuindo o termo “Jardim” como inicial: Joari, S.Jerônimo, Água Branca, Clarice, Vila Mar de Guaratiba, Garrido, 5 Marias e Mendanha.

¹⁷ *Diário de Notícias*, “classificados”, 08/07/1945, p. 15.

¹⁸ *Jornal do Brasil*, “classificados”, 31/07/1949, p. 12.

Tamanho era o crescimento dos negócios imobiliários na década de 50 que ela ficaria conhecida como a época da “febre imobiliária”. Para se ter uma idéia do que foi isso, basta que tenhamos em vista que 40% do total de loteamentos feitos durante todo o século XX nos distritos de Campo Grande, Guaratiba e Santa Cruz – quase todo o Sertão Carioca – datam exatamente da década de 50 (SOUZA, 1995, 21). Como que um reflexo dessa intensa produção de lotes, verificava-se uma significativa redução da área agricultável do Sertão Carioca. Ademais, surgem por essa época as primeiras declarações na imprensa dando conta do papel exercido pela expansão dos loteamentos na retração da agricultura do Distrito Federal. Mais do que isso: a “febre imobiliária” estaria criando uma grave questão social com a expulsão de centenas de lavradores de suas terras.

Assim como em outros momentos, tais transformações impulsionariam novas formas de percepção e entendimento sobre o espaço da zona rural, configurando-se assim novas imagens sobre as relações sociais desenvolvidas em seu espaço assim como a própria imagem que setores da sociedade tinham do seu papel no desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro.

Um Sertão de lutas

A partir do início da década de 50 tanto a grande quanto a pequena imprensa intensificariam a veiculação da imagem de um Sertão Carioca marcado pela destruição de sua lavoura devido à ação predatória de “grileiros”, que também agiam com violência contra “lavradores esquecidos pelo poder público”. O resultado de tudo isso, nas palavras d’O *Globo* era a existência de “grande abandono e desânimo” entre os lavradores da região.¹⁹ O comunista *Classe Operária* entendia que a concentração de terras era fruto do “açambarcamento de terras por meia dúzia de grileiros, banqueiros e capitalistas”, o que por sua vez acarretava uma grande diminuição da área cultivada e o agravamento do abastecimento do Distrito Federal de legumes, frutas, leite, etc.”

“E a situação tende a piorar, a medida que o govêrno vai deixando que os grileiros e outros tantos exploradores se apossam das terras. O número de propriedade vai diminuindo, como diminuindo vão os hectares cultivados, e a produção decrescendo, enquanto os preços sobem e o câmbio negro prolifera livremente”.²⁰

Mas se o “abandono” denunciado nas décadas anteriores dizia respeito a falta de medidas por parte do governo municipal e federal para a incorporação da zona rural à cidade, nesse momento(década de 50), a palavra “abandono” era uma alusão à falta de providência dos poderes públicas contra os empreendedores imobiliários, cujas ações estavam pondo em risco a agricultura da região. Em 11 de julho de 1951, o jornal *O Popular*, lamentava a situação do Sertão Carioca, que mesmo sendo a região responsável por 40% do abastecimento da cidade, via-se “condenada ao desaparecimento, dentro de pouco tempo, uma vez que as terras próprias para o plantio estão sendo adquiridas por cias.

¹⁹ *O Globo*, 22/10/1952. p. 1.

²⁰ *Classe Operária*, 09/12/1947. p. 8.

Imobiliárias que as venderão depois de loteadas”.²¹ Dois dias depois, o jornal voltava ao tema do “drama vivido por centenas de famílias que se dedicam a agricultura, no chamado ‘cinturão verde’ da capital da República”. A mesma área que há vinte anos “vinha sendo cultivada tranqüilamente”, era palco naquele momento de uma intensa valorização de suas terras, ocasionando sérios prejuízos ao abastecimento do Distrito Federal e na ameaça de despejo de centenas de lavradores que “não sabem fazer outra coisa”. O mesmo jornal dizia ter tido a “oportunidade de assistir à destruição levada a efeito por um trator, que num dia de trabalho devora, tal como um monstro, centenas de pés de laranjas, carregados de frutos”.²² O próprio documento final da I Conferência dos Lavradores do DF, de 1958, apontava como principal causa da “situação de quase extermínio” da agricultura carioca

«O loteamento desenfreado e antieconômico, ocasionando a valorização astronômica e fictícia das terras e a grilagem com toda a sorte de aventuras, esbulhos, violências, coações, roubos, etc ... por parte de indivíduos, ‘companhias’ e até ‘bancos’ poderosos e desonestos, gerando uma situação de desassossego e instabilidade para os lavradores que [são] escorraçados por todos os lados [...]».²³

Despejos, violência contra lavradores, queima de casas e plantações, a cumplicidade das autoridades policiais, descaso dos poderes públicos, grilagens, etc, continuavam a dar o tom da imagem do Sertão Carioca na década de 60. Um caso ocorrido em Campo Grande envolvendo o “rendoso comércio de loteamentos de terrenos” foi emblemático. Estamos no ano de 1961 e segundo palavras do jornal *Novos Rumos*: “Confiam os tubarões de terras no sucesso de seus negros propósitos, baseados no fato de, há alguns anos, terem conseguido desalojar humildes camponeses fixados em terras adjacentes e que, tal como os que ora labutam às margens do Cabuçu, tinham como única fonte de receita o amaino do solo”.²⁴

Essas imagens veiculadas pela imprensa certamente espelhavam boa parte do que estava acontecendo ali. Contudo, a região ainda era capaz de abrigar um outro cenário. Quando tudo levava a crer que o fim da agricultura carioca era um fato quase que consumado, os números do censo de 1960 mostram um acontecimento surpreendente. Um dos indícios mais representativos eram sem dúvida as leis de zoneamento por parte do executivo da cidade. Por meio do *decreto n. 15.220* o governo Carlos Lacerda (1960-1965) dividia a própria Zona Rural em duas sub-zonas: a Sub-Zona Rural de Expansão e a Sub-Zona Rural de Reserva Agrícola.²⁵

Além disso, a área agricultável tinha crescido 13%, o que se devia principalmente ao crescimento de cerca de 19% dos estabelecimentos agrícolas. Desses, um pouco mais de 95% eram constituídos por terrenos de menos de 10 ha. Mas o que há de mais significativo nesse crescimento é o fato dele ter tido como principais responsáveis os arrendatários e, principalmente, os posseiros, exatamente as categorias mais atingidas pela expansão dos loteamentos a partir da década de 40. Enquanto as categorias de proprietários e administradores, mesmo num contexto de crescimento, recuaram em 18% e 11%

²¹ *O Popular*, 11/07/1951. p. 2.

²² *Novos Rumos*, 11-17/08/1961. p. 6.

²³ *Voz Operária*, 19/04/1958.

²⁴ LEX: *Legislação do Distrito Federal* - Ano XXIV, pp. 80-1.

²⁵ *ibidem*, Ano XXVII, p. 291.

respectivamente, os arrendatários aumentaram em 15%. Muito maior ainda foi o crescimento do número de posseiros – 200%. É possível que isso tenha influenciado na definição do conteúdo do artigo 71 da Constituição Estadual, que versava sobre a delimitação da zona rural. Embora no seu versículo 1º ela permitisse a “instalação, na zona rural, de indústrias com residências”, os quatro versículos restantes procuravam atender reivindicações de grupos que tinham na agricultura o sua principal fonte de sustento. Por eles o governo ficava encarregado de: promover desapropriações de áreas improdutivas; proteger “de modo especial os posseiros que, em zona rural, trabalhem pessoalmente área de terra não superior a 5 hectares”; prestar assistência tecnológica e crédito especializado e instalar armazéns, silos e frigoríficos; estimular a formação de cooperativas e promover o cadastro das terras da zona rural.²⁶ Exatamente quando o Sertão Carioca parecia caminhar para sua definitiva extinção, novas categorias (o despejo enquanto violência, a especulação de terras como sinônimo de grilagem etc) e, principalmente, os “posseiros” enquanto grupo político se afirmavam no espaço público.

Os lavradores se organizam, lutam e acontecem²⁷

A década de 50, período conhecido como o da “febre imobiliária”, testemunharia também o acirramento das iniciativas de luta dos lavradores cariocas. Ou seja, a destruição causada pela “avalanche imobiliária” não produziria apenas desânimo, como se os pequenos lavradores reagissem a isso de forma puramente passiva. Paradoxalmente, se o Sertão Carioca era visto sob o prisma do abandono e do desânimo, ele também era visto como um verdadeiro palco de conflitos de terras.

Para a imprensa da época, esse era o outro lado da incorporação urbana da zona rural do Rio, cuja principal consequência era a possibilidade dos “posseiros” se “levantarem” contra aqueles que queriam “tomar” suas terras. E foram inúmeras as resistências. Com a manchete “Resistiram ao despejo os Posseiros da Fazenda Curicica”, o *Imprensa Popular*, em 1952, apresentava uma matéria sobre o não cumprimento de uma ordem de despejo intentada pelos pretensos proprietários daquelas terras. Os “posseiros” com sua “resistência” teriam conseguido com que o então secretário da Agricultura “promettesse” desapropriar aquelas terras.²⁸ Na Fazenda Vitor Dumas (Santa Cruz) os “moradores resistem”, era o que o mesmo jornal noticiava em maio do referido ano, apesar das constantes violências praticadas por pretensos proprietários contra “lavradores”, “operários”, “comerciários”.²⁹ “Resistiram bravamente os posseiros”, foi o que teria acontecido em Pedra de Guaratiba, onde uma “arapuça imobiliária” estava sendo posta em prática pelo “grileiro” Pedro Moacir com a ajuda da polícia.³⁰

A visibilidade que os litígios de terra da região passavam a ganhar na esfera pública da cidade, vinha quase que simultaneamente acompanhada de um esforço em se conferir

²⁶ *Imprensa Popular*, 28/08/1952. p. 1.

²⁷ Empleo este termo inspirado na noção tal como empregada por Thompson (1987), que entendia a classe social como um acontecimento, um fenômeno histórico.

²⁸ *Imprensa Popular*, 11/04/1953. p. 8.

²⁹ *Imprensa Popular*, 22/05/1952. p. 4.

³⁰ *Imprensa Popular*, 10/08/1954, p. 6.

uma identidade social e política às milhares de pessoas que se viam ameaçadas de perder suas terras. O reconhecimento dos conflitos implicava no próprio reconhecimento e visibilidade do grupo social que reivindicava medidas contra os despejos e ações de incentivo à agricultura carioca. Mas é importante que se frise que tais identidades não eram frutos exclusivos da idiossincrasia de um grupo, como se ele agisse isolado do contexto social no qual ele atuava. As identidades sociais deviam sua lógica às mudanças conjunturais do cenário político carioca, de maneira particular, e brasileiro, de uma maneira geral. E no caso dos lavradores, acrescenta-se que *sua* própria identidade refletia em grande parte a sua posição nesse cenário político (ou *campo de força*) e as diferentes relações que ele estabelecia com outros grupos.³¹ Ou seja, tal identidade é fortemente influenciada por mediadores como partidos políticos, advogados, imprensa, poderes públicos etc. E essa mesma identidade irá ser decisiva para a configuração das estratégias de reivindicação dos lavradores.

Vemos que até o final da década de 1940, os lavradores cariocas encontram-se divididos na afirmação de sua condição jurídica, uns se declaram “posseiros” e outros “arrendatários”. Mas são unânimes em afirmar que a maioria das terras da zona rural pertence ao patrimônio público (municipal ou federal, dependendo da área). Na década de 50 e principalmente nos anos 60, com o acirramento das lutas, a repercussão das lutas de posseiros pelo país (principalmente os da Baixada Fluminense), o reconhecimento por parte dos poderes públicos da total indefinição da titulação das terras do Sertão Carioca, a crescente quebra de legitimidade dos pretensos proprietários (pela imprensa e pelo legislativo municipal) e, não podemos deixar de citar, com a definição do recurso à Lei de Usucapião como principal estratégia jurídica a ser seguida, quase todos os pequenos lavradores cariocas, mesmo aqueles que eram efetivamente “arrendatários”, passarão a reivindicar a condição de “posseiro”. Era preciso, portanto, buscar o reconhecimento da antecedência de sua ocupação. Assim sendo, em todas as suas declarações, seja numa entrevista a um jornal, numa Conferência ou numa manifestação no centro da cidade, ou nos autos de um processo civil, os lavradores e suas lideranças acentuariam o fato de terem “chegado” nas terras bem antes daqueles “que se diziam seus donos”. Tal chegada era freqüentemente apontada como tendo se dado nas décadas de 30 e 40.³² Havia menções – poucas, é verdade – que remontavam tal ocupação à década de 10 (Guaratiba) e 20 (Santíssimo). Incorporando boa parte do discurso de sanitaristas, de autoridades políticas e da imprensa, os lavradores afirmariam ter chegado em terras abandonadas, entregues a toda sorte de doenças e outros perigos, onde só havia mato e mosquito. Alguns chegavam a afirmar que antes mesmo do DNOS já tinham procedido ao saneamento de algumas áreas.³³

Porém, naquela conjuntura específica de conflitos, o termo *posseiro* também articulava importantes dimensões política e moral. Conforme veremos mais adiante, ser *posseiro* equivalia a reagir contra os despejos, em se organizar junto aos outros posseiros ameaçados para defender seus direitos, em ir aos espaços públicos da capital do país para apresentar às diversas autoridades políticas suas demandas e reivindicações. Mas ser posseiro também implicava na defesa de uma determinada relação com a terra e de uma

³¹ Ver o uso que faz Thompson (2001) do conceito de *campo de força*.

³² O mesmo se dá na Baixada Fluminense (GRYNSZPAN, 1987).

³³ *Imprensa Popular*, 14/08/1952. p. 8.

visão de forte teor moral sobre fatores como trabalho e família. Outrossim, a afirmação de uma identidade cumpria o importante papel de legitimação das pretensões de um grupo social na medida em que era forjada num contexto de disputas com outros agentes sociais (GRYNSZPAN, 1990, 292-293). Tal era a razão para que junto com a preocupação em definir os referenciais identitários dos *posseiros*, estes e seus aliados (setores da imprensa, figuras do legislativo carioca, alguns partidos políticos etc.) se engajassem na configuração (negativa) do perfil sócio-político dos seus adversários, os pretensos proprietários, também chamados de *grileiros*, nome comumente atribuído a quem buscava consolidar o domínio de uma terra mediante títulos falsos. Portanto, a identidade do grupo dos pequenos lavradores, isto é, a imagem sobre si mesmo, na medida em que buscava o reconhecimento de outros grupos e instituições, tinha também de fornecer parâmetros para a imposição de uma identidade sobre seus adversários. Desse modo, a própria designação dada aos pretensos proprietários já constituía por si mesma um ataque contra as pretensões destes.

O contexto gerado pelos conflitos de terra criou condições para que outros conflitos e tensões ganhassem expressão pública, como o combate contra as “extorsões” praticadas por intermediários e o “descaso” das autoridades públicas com a crise da lavoura carioca. Esse discurso foi sem dúvida impulsionado pela crise de abastecimento de alimentos por que passava o Distrito Federal e que se agravaria na década de 40. Com ele, buscava-se fazer com que a sociedade civil carioca crescesse que a crise da agricultura era um dos principais motivos para a carestia e escassez de alimentos. É bem verdade também que os lavradores e suas lideranças pretendiam captar valioso capital simbólico potencialmente contido nesse discurso. Um deles era que assim argumentando, a *causa* ou luta desses lavradores tinha condições de ser apresentada como algo que na verdade era do interesse de toda a população carioca. O outro advinha de uma certa idéia de solidariedade suscitada em relação à população carioca quando os lavradores afirmavam que eram também vítimas dos “intermediários”, os quais já há muito tempo – ao menos desde o Estado Novo - eram vistos como um dos principais responsáveis pelo precário sistema de comercialização de gêneros na capital da República (GAWRYSZEWSKI, 2002).

Um outro elemento importante para a conformação dos pequenos lavradores como grupo sócio-político (Gramsci, 2000; Thompson, 1987) - isto é, um grupo portador de “direitos inalienáveis” e “reivindicações urgentes” a serem atendidas pelos poderes públicos - foram algumas “organizações camponesas”. Talvez as mais importantes tenham sido as Ligas Camponesas na década de 40 e as Associações de Lavradores a partir da década de 50. A primeira a ser constituída seria a Liga Camponesa do Distrito Federal (LCDF) em meados de 1946, sob patrocínio dos comunistas. Seu grande idealizador e patrocinador seria o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Ao findar a Segunda Grande Guerra e com a deposição do ditador Getúlio Vargas, o PCB era içado à legalidade depois de muitos anos na clandestinidade. E além disso o PCB conseguia surgir como uma das principais forças do cenário eleitoral brasileiro. Uma das formas encontradas por esse partido para fortalecer seu nome junto ao eleitorado foi a criação de organizações político-comunitárias, os Comitês de Bairro. No meio rural, as organizações criadas foram as Ligas Camponesas. Elas tinham como principais finalidades: pleitear terras para os lavradores que nelas quisessem trabalhar, obtenção de crédito fácil e barato, fornecimento de ferramentas agrícolas e sementes, saneamento e higienização do Sertão Carioca, uma legislação especial que assegurasse os direitos dos posseiros, criação de mercados livres e diretos, “com a abolição

dos intermediários” etc. De modo a facilitar a participação de lavradores de diferentes localidades nas discussões a LCDF decide criar Ligas subsidiárias em cada localidade, um exemplo é a Liga Camponesa de Jacarepaguá. É por meio dessas organizações que os lavradores debatem suas demandas, reivindicações e projetos, discutem as etapas e estratégias a serem seguidas pelo movimento, e decidem com qual personalidade ou grupo político aderir, negociar, pressionar ou combater. É no ambiente das Ligas que vai tomando corpo um movimento de luta capaz de manter vivas as esperanças dos lavradores do Sertão Carioca. As principais iniciativas das Ligas neste período visarão ao fortalecimento do movimento dos lavradores e, conseqüentemente, dela própria: é essa a principal razão para que as Ligas do Sertão Carioca busquem se articular com Ligas Camponesas da Baixada Fluminense, como as Ligas de Vila Meriti, de Nova Iguaçu (Francisco Lira) e de Paracambi.

Com a decretação da ilegalidade do Partido Comunista Brasileiro em 1947, as Ligas seriam desativadas. A partir daí, os lavradores e suas lideranças passariam a se organizar nas “Assembléias de Lavradores”.³⁴ Uma das primeiras do Sertão Carioca teria sido a Associação de Lavradores da Fazenda Coqueiros (ALFC) em 1951. Entre as suas principais lideranças estavam Heitor da Rocha Faria (advogado da organização) e Lyndolpho Silva (futuro fundador da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil - ULTAB), todos militantes do PCB. Apesar dessa ligação com os comunistas, a ALFC procuraria desenvolver uma política de atuação no sentido de atrair a simpatia e, principalmente, o apoio de outras correntes políticas como o Partido Socialista Brasileiro, o Partido Trabalhista Brasileiro, o grupo ligado a Tenório Cavalcanti, assim como os jornais ligados a essas correntes como *O Popular*, *O Radical* e o *Luta Democrática* respectivamente. Importa destacar que junto à freqüência das ações de protestos dos lavradores, tem-se também o aumento do número de organizações criadas: em novembro de 1956, já faziam companhia às organizações acima mencionadas a Associação Agrícola de Jacarepaguá, a Associação de Lavradores de Guaratiba, a Associação de Lavradores e Posseiros de Piaí (Sepetiba), a Associação de Lavradores de Campo Grande e a Associação de Lavradores de Mato Alto. Destaque-se também a atuação de algumas cooperativas, como a Cooperativa Agrícola de Bangu, a Cooperativa dos Agricultores de Campo Grande, a Cooperativa de Agricultores e Criadores de Jacarepaguá e a Cooperativa dos Policultores de Santa Cruz. Algumas das quais, além de tratar de assuntos sobre a comercialização dos produtos da lavoura, também abrigavam discussões mais diretamente envolvidas com a questão da posse da terra.³⁵

Igualmente significativas foram as manifestações de protesto dos pequenos lavradores no coração da capital da República: ocupação de escadarias e galerias da Câmara Municipal (Assembléia Estadual a partir de 1960) e visitas a autoridades políticas no Senado, Câmara Federal, na Prefeitura, no Ministério da Justiça, redações de jornais etc. Nessas ocasiões era feita a entrega de memoriais, pedidos de desapropriação, denúncias de violências cometidas por “grileiros” etc. Em agosto de 1954, por exemplo, os lavradores entregaram um memorial com reivindicações em nome de “mais de vinte mil posseiros” – como fizeram questão de frisar - de Jacarepaguá, Santa Cruz e Campo Grande: “Custou-nos muito vir a esta Câmara. Há 40 anos estamos na terra e nunca gozamos dos benefícios

³⁴ Processo semelhante ocorre na Baixada Fluminense (GRYNZSPAN, 1987).

³⁵ Não parece ter sido pequena a influência dos Centros de Melhoramentos, cuja base de atuação podia ser tanto um bairro como uma rua, e que deve ter sido para muitos pequenos lavradores a sua primeira experiência organizativa. O mesmo deve-se dizer em relação às “células” criadas pelo PCB na década de 40 para fins de “agitação” e propaganda (SANTOS, 2005, 137-138).

municipais e não viemos aqui pedir esmolas, mas respeito aos nossos direitos”, declarava o lavrador José Antônio de Sá, um dos participantes da iniciativa. E acrescentava José que esses direitos diziam respeito não só aos “do Sertão Carioca, mas todos os cariocas”, que também “são prejudicados pelas ações dos grileiros”.³⁷ E esses direitos eram: levantamento do cadastro de todas as glebas do DF com a participação dos lavradores; prazo não superior a seis meses para propriedade plena dos posseiros, arrendatários, etc. (“tradição de mais de 30 anos”); crédito fácil e barato “sem burocracia e sem pistolão”; participação na elaboração das tabelas de preços; redução dos impostos; garantias de mercado para sua produção; medidas contra intermediários; melhoria das estradas; máquina para preparar a terra, sementes, ração, inseticidas; dragagem dos canais principais, limpeza das valas secundárias; postos de saúde, escolas, água encanada e luz”.³⁸

Em maio de 1955, os lavradores de Jacarepaguá, Coqueiros, Mendanha, Xerém (Baixada Fluminense) foram à Câmara Municipal e, depois, ao Palácio Monroe (Senado), para pedir que seus integrantes fizessem, “como estão fazendo com os ‘proprietários’ das favelas, uma investigação dos títulos de propriedade dos “grileiros” do Sertão Carioca.³⁹ Este assunto voltaria a baila, quando da ida dos diretores de algumas associações lavradoras a Câmara Federal e ao Palácio da Guanabara (antiga sede da prefeitura). Como nas “visitas” anteriores, os “representantes” dos lavradores entregaram um memorial com uma série de reivindicações, quase todas já apresentadas em momentos anteriores, mas uma aparecia de maneira inédita: proibição dos loteamentos em terras cultivadas e sua imediata desapropriação. Esta proposta, que incluía no seu bojo o zoneamento da área rural da cidade, seria ratificada quando da ida de uma comissão de lavradores de Jacarepaguá, Campo Grande, Guaratiba e Santíssimo à Câmara Municipal em maio de 1957. Na década de 60, os lavradores e as lideranças tentaram desenvolver uma nova forma de protesto: a “concentração” em sedes do poder público. Pelo menos uma foi realizada nas escadarias da Assembléia Legislativa da Guanabara (atual ALERJ) no final de 1963. Muitas das reivindicações que eram exigidas desde o início da década de 50 - como o cadastro imobiliário das propriedades rurais, desapropriação das glebas em favor dos lavradores que nelas já estivessem trabalhando e vivendo, medidas contra intermediários etc.- foram ratificadas.⁴⁰ Mas uma em particular passa a ganhar maior destaque: a delimitação, de uma vez por todas, da zona rural da cidade de acordo com a Constituição do estado da Guanabara, visando inibir novos empreendimentos imobiliários.⁴¹ É provável que com isso se quisesse também obrigar o legislativo municipal, e não só o executivo, a tomar parte do processo resolutivo e decisório sobre as questões de terra no Sertão Carioca: incorporada a esse processo, talvez a Câmara Municipal funcionasse como mais um forte obstáculo às pretensões dos empreendedores imobiliários.

Cabe mencionar que o esforço em pressionar as autoridades políticas podia levar os pequenos lavradores a ultrapassarem as fronteiras da cidade, como em fevereiro de 1954, quando cerca de 500 lavradores do Mendanha, segundo declaração do *Imprensa Popular*, dirigiram-se a residência de fim-de-semana do presidente da República em Petrópolis. Eles

³⁷ *Imprensa Popular*, 10/08/1954. p. 2.

³⁸ *Idem*.

³⁹ *Imprensa Popular*, 24/05/1955. p. 4.

⁴⁰ *Diário de Notícias*, 12/11/1963. p. 4.

⁴¹ *Novos Rumos*, 15-21/11/1963. p. 1.

queriam cobrar de Getúlio Vargas providências contra a revogação da lei de desapropriação de terras da região feita por Dulcídio Cardoso, então prefeito do Distrito Federal.⁴²

Outra iniciativa significativa foi o esforço em estabelecer laços de solidariedade com outros movimentos sociais.⁴³ Um deles seria o movimento dos “posseiros” da Baixada Fluminense, região limítrofe ao Sertão Carioca. As maiores ações de aproximação com esse movimento ocorreriam nos protestos realizados em conjunto diante dos centros de poder da capital. Em 1954, por exemplo, os lavradores do Sertão Carioca se dirigiram à Câmara Municipal acompanhados de delegações das Associações de Lavradores de São Bento (Duque de Caxias) e Pedra Lisa (Nova Iguaçu). No ano seguinte, lá estavam novamente juntas algumas delegações de lavradores do Sertão Carioca (Jacarepaguá, Coqueiros e Mendanha) com lavradores de Xerém (Duque de Caxias) comparecendo à Câmara Municipal do Distrito Federal e ao Palácio Monroe para reivindicar medidas contra “grileiros”. Pouquíssimo tempo depois, lavradores de Jacarepaguá e Xerém iriam juntos à Câmara Federal realizar um protesto contra seguidas violências cometidas pela polícia.⁴⁴

Outra “aliança” que os pequenos lavradores procurariam estabelecer seria com o movimento dos moradores dos morros cariocas. Estes, assim como os agricultores do Sertão Carioca, passariam a sofrer constantes e intensas ameaças de despejo a partir da segunda metade da década de 40. A tentativa dos pequenos lavradores em promover aquele tipo de aliança política com o movimento dos morros cariocas visava mostrar aos poderes públicos (Câmara Municipal e Prefeitura) a idéia de que eles e os “favelados”, por vivenciarem situações tão parecidas, deviam ter as suas demandas (especialmente aquelas referentes à posse da terra) tratadas da mesma forma. Isto em termos práticos queria dizer o seguinte naquele contexto: se a prefeitura, por meio de projetos votados na Câmara Municipal, realizava desapropriações em alguns morros da cidade, o mesmo deveria ser feito em áreas em que famílias de pequenos lavradores eram ameaçadas de despejo na zona rural. Era com base nesse pressuposto que as comissões de lavradores de Jacarepaguá, Coqueiros, Mendanha e Xerém – ou seja, lavradores do Sertão Carioca e da Baixada Fluminense-, dirigiram-se à Câmara Municipal e ao Senado para pedir que seus integrantes fizessem, como estavam “fazendo com os ‘proprietários’ das favelas, uma investigação dos títulos de propriedade dos ‘grileiros’” do Sertão Carioca. Também é nítido o esforço em tecer alianças com outros movimentos sociais (a da nacionalização do petróleo, o do movimento pela Paz, o da autonomia do Distrito Federal e o da Reforma Agrária), com vistas a inserir o seu movimento num mesmo plano de visibilidade e reconhecimento. Veja-se o exemplo do I Congresso dos Lavradores do Distrito Federal, no qual a sua “mesa diretora” contaria com as presenças de figuras que “representavam” os mais diversos setores organizados da sociedade civil, casos de Francisco Gonçalo, presidente do Sindicato dos Têxteis; do deputado federal Roberto Morena e de “representantes” da União Sindical dos trabalhadores do Distrito Federal, do Movimento Contra a Carestia e do Sindicato dos Metalúrgicos.⁴⁵ Anos depois, vemos tal propósito tomar proporções internacionais. De forma a mantê-la a par do que aconteceu na I Conferência dos Lavradores do Distrito Federal, Heitor Rocha Faria, advogado de diversas entidades camponesas, envia “com toda atenção”, uma carta-informe datada de 9 de agosto de 1958 à

⁴² Imprensa Popular, 04/02/1954.

⁴³ Ver a esse respeito Santos (2005b).

⁴⁴ *Imprensa Popular*, 26/05/1955, p.2.

⁴⁵ APERJ. Fundo DPS/ 1881: “I Congresso dos Lavradores do Distrito Federal” (1953), fl. 7, doc. 8.

União Internacional dos Sindicatos de Trabalhadores Agrícolas e Florestais, com sede em Via Boncompagni, nº 19, Roma, Itália. O advogado aproveita ainda para informa-los sobre o endereço da sede da ALFC, de modo que ela possa permanentemente colocar os “companheiros” do velho continente a par do que se passava no “Sertão Carioca: zona da lavoura do Distrito Federal”.⁴⁶

Contudo os pequenos lavradores cariocas se preocupariam não apenas com a consolidação de laços externos ao movimento; algumas de suas principais lideranças pareciam crer que para que isso pudesse acontecer era necessária a consolidação dos laços internos no interior do próprio movimento de pequenos lavradores. E quanto a este ponto em particular, foram de fundamental importância os encontros “camponeses” como Assembléias, Conferências, Congressos e Mesas-redondas. Por meio desses eventos, as lideranças dos pequenos lavradores e alguns dos mediadores do movimento (os advogados em especial) procurariam unificar num mesmo discurso reivindicatório as várias reivindicações e demandas das diversas comunidades de pequenos lavradores. Dentre esses eventos, os principais foram o I Congresso dos Lavradores do Distrito Federal, em julho de 1953; a I Conferência dos Lavradores do Distrito Federal, em abril de 1958 (cuja sessão de abertura se deu na Câmara Municipal); a I Conferência dos Lavradores da Guanabara, em outubro de 1961; a Conferência dos Lavradores de Jacarepaguá, em outubro de 1961; e o II Congresso dos Lavradores da Guanabara, em maio de 1963.

O certo é que o conjunto de experiências associativas desenvolvidas pelo movimento tornou possível também que os pequenos lavradores do Sertão Carioca emergissem como um novo ator no cenário político do Distrito Federal. Foi dessa forma que, em primeiro lugar, tornaram público e notório as violências que vinham sofrendo por parte de alguns empreendedores imobiliários. Assim agindo, os pequenos lavradores tornavam possível que fatos como os despejos passassem a ser percebidos como um problema não apenas restrito ao Sertão Carioca, e sim algo que dissesse respeito a qualquer habitante do Distrito Federal. Em segundo, puderam articular a exigência por demandas específicas em termos próprios a uma linguagem pautada na idéia de que aquilo por que lutavam eram verdadeiros direitos, cuja prévia obtenção teria sido assegurada por meio de “longos e árduos” anos de trabalho. E é preciso que não se esqueça que tanto num como noutro caso, as iniciativas dos pequenos lavradores - enquanto iniciativas de um ator político que buscava ser reconhecido como tal - eram em grande medida eventos que visavam produzir algum efeito sobre a opinião pública e o campo político de maneira; o principal deles era o duplo reconhecimento do movimento por parte dos poderes públicos e da sociedade civil carioca, de sua existência enquanto um grupo político que possuía direitos – inclusive, de exigí-los (CHAMPAGNE, 1984).

A luta pelos pequenos lavradores

Não seria possível compreender a inserção dos lavradores cariocas no cenário político da cidade detendo-se exclusivamente em suas ações e discursos. Falar desses agentes enquanto grupo político é falar em grande medida sobre as diferentes relações que

⁴⁶ Arquivo Lyndolpho Silva/CPDA. Série Correspondências.

eles estabeleceram com outros grupos e personalidades políticas. De certa forma, tornar-se um grupo político de expressão no cenário da cidade não era apenas um objetivo ou desejo particular do próprio grupo, mas era algo de grande interesse para muitas pessoas e grupos urbanos. Até porque estamos falando sobre um período (que vai dos anos 40 até o golpe de 1964) de intensa competição política entre as mais diferentes correntes partidárias e ideológicas em torno de diferentes projetos. Além disso, diversos setores da sociedade civil encontram-se mobilizados e engajados em amplos movimentos reivindicatórios. Fenômeno que exigiria um sem número de estratégias e realinhamentos por parte dos grupos e personalidades políticas que almejavam exercer alguma hegemonia sobre este processo. Em tal contexto, passava a ser vital que tais agentes tivessem o maior número possível de aliados à sua bandeira. Vários deles, portanto, decidiram investir na tarefa de “ajudar” os lavradores cariocas a “defenderem seus direitos” e terem sua “voz ouvida pelo governo”. Eles eram os chamados *mediadores* dos lavradores cariocas. Mas aqui neste caso, entendemos o *mediador* não como um agente cujo papel era realizar o contato do mundo mais amplo (Estado e sociedade civil) com um grupo antes esquecido, embora bem delimitado e com uma identidade e uma personalidade própria. Esta seria uma maneira pouco adequada de vermos uma relação eminentemente dialética. Na verdade, o agente político em questão – os lavradores do Sertão Carioca, foi em muitos aspectos se formando e adquirindo uma certa identidade por meio da ação desses mesmos *mediadores*, que por diversas razões (políticas, eleitorais, pessoais e/ou ideológicos) objetivavam tornar um sem número de lavradores, espalhados em diversas localidades, num grupo mobilizado e organizado sob lemas e bandeiras comuns de luta (NEVES, 1997; ROSA, 2004). Em termos de análise tais *mediadores* podem ser divididos em três grupos: o primeiro era formado pelos militantes partidários, que eram em sua grande maioria filiados ao PCB, como Pedro Coutinho Filho, que tinha maior atuação em Jacarepaguá, Heitor Rocha Faria, advogado dos posseiros de Santíssimo e Lyndolpho Silva, um dos que fundaram em 1954 a Associação dos Lavradores do Sertão Carioca. Ressalte-se que além da própria atuação política, os dois primeiros eram responsáveis, sendo advogados, da defesa jurídica das comunidades de lavradores residentes em suas respectivas áreas de atuação. Também se faz importante destacar o trabalho de militância anteriormente desenvolvido por Otávio Brandão, que desde 1946 vinha se debruçando sobre os principais conflitos da região. Foi Brandão também que pretendeu estabelecer uma primeira pauta de reivindicação dos “camponeses do Sertão Carioca”, com o nítido objetivo de estabelecer uma linha de identidade entre a “causa” dos lavradores e a linha programática do PCB.⁴⁷

Outro grupo importante era composto pelos jornais da imprensa carioca. A maior parte deles ligados a partidos e personalidades da política nacional. A cobertura efetivada sobre os eventos ligados a luta pela terra no Sertão Carioca se dava em função do esforço do jornal em se consolidar como o verdadeiro “defensor dos interesses dos sofridos lavradores do Sertão Carioca”, e com isso, promover a linha programática do grupo ao qual era ligado. Os que mais se destacaram nesse mister foram os jornais comunistas como *Tribuna Popular*, *Imprensa Popular*, *Novos Rumos* e *Terra Livre*, e os jornais *O Popular*, *O Radical* e o *Luta Democrática* (a partir da década de 60), ligados ao Partido Socialista Brasileiro, ao Partido Trabalhista Brasileiro e ao grupo de Tenório Cavalcanti respectivamente.

⁴⁷ Fundo Otávio Brandão, pastas 103, 201, 1353, 1352 e 1423. Arquivo Edgar Leunroth.

Um último grupo era composto por alguns vereadores da Câmara Municipal, empenhados na disputa do título de “verdadeiro e legítimo” defensor da “causa” dos lavradores. Pode-se destacar os nomes de Osmar Resende e João Luiz de Carvalho, e, ocasionalmente Cezário de Mello (na década de 40), Breno da Silveira e Miécimo da Silva. O interessante é que, em várias ocasiões, tal disputa acabou contribuindo para acelerar o processo de votação de muitos projetos de desapropriação de terras, de zoneamento da área agrícola e de incentivos para a agricultura carioca. A crescente inserção dos lavradores como grupo político no cenário carioca fazia do simples reconhecimento da autoria desses projetos um capital político de valor considerável.

Comentários finais

Os anos 60 se abrem e muitos lavradores, procurando fortalecer suas entidades, tentariam transformar suas Associações (que dependiam de um simples registro em cartório) em Sindicatos reconhecidos pelo ministério do trabalho (SANTOS, 2005, 52). Porém, a situação da lavoura carioca continua sendo considerada de grande crise. A chegada de Carlos Lacerda ao posto de governador do agora estado da Guanabara, representa para os lavradores o aumento da força de um projeto que visa a destruição de suas lavouras. Além de facilitar as condições de ação dos agentes imobiliários, este governo procura se constituir ele próprio num promotor da expansão imobiliária no Sertão Carioca, implementando um vasto programa de construção de loteamentos populares (os quais dariam origem aos bairros Cidade de Deus, Curicica e Gardênia Azul). Outras iniciativas emblemáticas são a extinção da secretaria de agricultura e o *decreto n. 37* de 1963, que em seu artigo 2º estabelecia que quaisquer locais do Estado da Guanabara, mesmo fora das zonas industriais, poderiam ser delimitados como “núcleos industriais provisórios”.⁴⁸

Mas se a vitória dos interesses imobiliários parecia ser iminente, por que tantos lavradores continuavam resistindo? É preciso que se tenha em conta que a grande indefinição jurídica da titularidade das terras da região – fato reconhecido pelos poderes públicos, imprensa etc. – abria brechas suficientes para que aqueles lavradores enxergassem possibilidades reais de sucesso em seus intentos. Nunca é demais lembrar também que tal resistência se dava no cada vez mais polarizado e conflituoso contexto dos anos 60, período esse cuja intensa mobilização da sociedade civil impulsionava os mais diversos agentes sociais a persistirem nas lutas por suas reivindicações. Ou seja, o destino da zona rural carioca transitava numa encruzilhada que ainda possuía algumas incertezas. Mas elas certamente começaram a ser desfeitas com a “Revolução redentora” dos militares em 1964.

A repressão desencadeada após o golpe militar de 1964 quebraria importantes pontos de articulação do movimento dos lavradores: o PCB e o PTB seriam praticamente aniquilados; as organizações dos trabalhadores seriam completamente neutralizadas; os lavradores viam-se impedidos de se manifestar – e com isso continuar existindo enquanto grupo político - nos espaços públicos, nas Conferências, nos Congressos etc, além do que perdiam assim importantes elementos de pressão sobre o legislativo da cidade. Assim,

⁴⁸ ESTADO DA GUANABARA. *Constituição da Guanabara de 1961*, p. 24.

esfacelava-se todo o campo de debate (e de disputas) que a duras penas vinha sendo construído, há pelo menos três décadas, por lavradores e diversos setores da sociedade carioca em torno da questão da melhor e mais justa alternativa de desenvolvimento do Sertão Carioca. O que aconteceu a partir daí foi a imposição autoritária de um projeto de urbanização apoiado na especulação imobiliária desenfreada e na grilagem de terras. Ao final da década de 60, a agricultura carioca parecia ter chegado ao fim. No entanto, até 1977 (data do novo zoneamento da cidade), encontraríamos pequenos lavradores, especialmente “posseiros”, mobilizados em torno da luta pela terra; em algumas localidades tinha-se até mesmo a existência de algumas Associações de Lavradores, a do Baixo Cabuçú (Campo Grande) foi um exemplo.

Bibliografia

AGACHE, Alfred. *Cidade do Rio de Janeiro: extensão, remodelação e embelezamento*. Paris: Foyer brésilien, 1930.

BRUNO, Ernana Silva. *História do Brasil: geral e regional* (Espírito Santo, Guanabara, Minas Gerais e Rio de Janeiro). São Paulo: Cultrix, 1967.

CARVALHO, Delgado de. *Chorografia do Distrito Federal*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1926.

CHAMPAGNE, Patrick. "Manifestation: la Production de l'événement politique", In *Actes de la Recherche*. Paris, nº 52/53, 19-41, junho de 1984.

CORRÊA, Magalhães. *O Sertão Carioca*. Rio de Janeiro: Edição do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1936.

ESTADO DA GUANABARA. *Constituição da Guanabara de 1961*.

FERNANDES, Leonardo Jefferson. *O remédio amargo: as obras de saneamento na Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ, 1998. 220p.(Dissertação de mestrado em Ciências Sociais).

GALVÃO, Maria do Carmo Correia. "Aspectos da geografia agrária do Sertão Carioca", In: *Aspectos da geografia carioca*. Rio de Janeiro: IBGE, 1962. pp. 171-185.

GAWRYSZEWSKI, Alberto. *Panela Vazia: o cotidiano carioca e o fornecimento de gêneros alimentícios 1945-50*. Rio de Janeiro: Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, 2002.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*, vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GRYNSZPAN, Mário. *Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-64)*. Rio de Janeiro, PPGA/MN, 1987. (Dissertação de mestrado em Antropologia Social).

_____. "Ação política e atores sociais: posseiros, grileiros e a luta pela terra", in: *Dados*, v. 33, nº 2, 285-310, 1990.

HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento: as bases da política de Saúde Pública no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1998.

KLEIMAN, Mauro. *De Getúlio a Lacerda: um "Rio de Obras" transforma a cidade do Rio de Janeiro. As Obras Públicas de infra-estrutura urbana do Novo Rio no período 1938-65.* São Paulo, FAU/ USP, 1994. 200p.(Tese de mestrado em Arquitetura).

LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O homem e a Guanabara.* Rio de Janeiro: IBGE, 1964.

MUSUMECI, Leonarda. *Pequena produção e modernização da Agricultura: o caso dos hortigranjeiros no estado do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: IPEA/ INPES, 1987.

NEVES, Delma Pessanha. *Assentamento rural: reforma agrária em migalhas.* Niterói: EDUFF, 1997.

PECHMAN, Robert Moses. *Formação histórica da estrutura fundiária na Zona Oeste do Rio de Janeiro e Barra da Tijuca.* Relatório de Pesquisa apresentado ao IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987.

PEDROZA, Manoela. *Terra de resistência: táticas e estratégias camponesas no Sertão Carioca (1950-1968).* Porto Alegre, UFRGS, 2003. (Dissertação de mestrado em Ciências Sociais).

ROSA, Marcelo. *O Engenho dos Movimentos: Reforma Agrária e significação social na zona canavieira de Pernambuco.* Rio de Janeiro, IUPERJ, 2004. (Tese de Doutorado em Sociologia).

SANTOS, Leonardo Soares dos. *Um Sertão entre muitas certezas: a luta pela terra na zona rural da cidade do Rio de Janeiro: 1945-1964.* Niterói, UFF, 2005a. 256p. (Dissertação de Mestrado em História).

_____. "Laços em Movimento: as relações dos "posseiros" do Sertão Carioca com outros movimentos sociais (1945-1964)". In: *CD-Room do Colóquio sobre Questão Agrária.* Niterói, UFF, outubro de 2005b.

_____. "Os valores de uma luta: economia moral e o movimento pela terra dos pequenos lavradores do Sertão Carioca nos difíceis anos de 1945-1964". IN: *CD-Room das Jornadas Agrárias de la Facultad de Economía de la Universidad de Buenos Aires.* Buenos Aires, novembro de 2005c.

SANTOS, Noronha. *As freguesias do Rio Antigo.* Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1965.

SARMENTO, Carlos Eduardo. *Pelas veredas da capital: Magalhães Corrêa e a invenção formal do Sertão Carioca.* Rio de Janeiro: CPDOC, 1998.

SOUZA, Maria Alice Martins de. *Barra da Tijuca e Jacarépaguá: uma forma particular de loteamento irregular*. Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ, 1995. (Dissertação de mestrado em Planejamento Urbano).

THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária (introdução)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. "Folklore, antropologia e história social" In: *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Edunicamp, 2001.